



TERMO DE FOMENTO Nº 45 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS,  
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO CMDCA COM  
A ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE

O Município de Montes Claros, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, com sede e foro na cidade de Montes Claros, com sede na Avenida Cula Mangabeira, n.º 211, Centro, CEP:39.401-002, inscrito no CNPJ sob n.º 22.678.874/0001-35, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Aurindo José Ribeiro, CPF n.º 539.836.026-49 e RG M- 4.106.748, o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA**, inscrito no CNPJ 22.678.874/0001-35, com sede nesta cidade à Praça Raul Soares, s/n.º, Centro, representado pela sua presidente Karine Neves Dias, CPF n.º 035.582.506-64, aqui chamada **INTERVENIENTE**, e a **ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE**, CNPJ sob n.º 01.947.440/0001-13, com sede na Rua Sagrada Família de Nazaré, n.º 555, bairro Jaraguá – Montes Claros – MG, neste ato representada pela sua presidente, Ana Maria Melo, CPF n.º 188.524.508-40, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Municipal n.º 4.964 de 17 de fevereiro de 2017, consoante o a **Dispensa do Marco Regulatório nº21/2018** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse da importância de R\$1.720,00 (Um Mil Setecentos e Vinte Reais) nos moldes da Lei Municipal n.º 4.964 de 17 de fevereiro de 2017, recursos provenientes do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência -FIA, para execução do projeto "**REDE SEGURA**", cujo objetivo é melhorar o desenvolvimento das atividades na oficina de futebol de campo através da aquisição de uma estrutura e rede para segurar bolas, conforme plano de trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente: delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado, conforme art. 40 da Lei n.º 13.019/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**



- a) Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o valor de R\$1.720,00(Um Mil Setecentos e Vinte Reais), conforme cronograma de desembolso, parte integrante do plano de trabalho.
- b) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento, conforme art. 48 da Lei n.º 13.019/2014;
- c) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, conforme art. 58 da Lei n.º 13.019/2014;
- d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme art. 59 da Lei n.º 13.019/2014;
- e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este Termo de Fomento;
- f) Fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo, conforme art. 63, §2º da Lei n.º 13.019/2014;
- g) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, conforme art. 58, §2º da Lei n.º 13.019/2014;
- h) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades, conforme art. 35, §3º da Lei n.º 13.019/2014;
- i) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos, conforme art. 50 da Lei n.º 13.019/2014;
- j) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, conforme art. 10 da Lei n.º 13.019/2014;
- k) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, conforme art. 12 da Lei n.º 13.019/2014;
- l) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria, conforme art. 69, §2º da Lei n.º 13.019/2014;

## II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Executar o objeto desta parceria em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, cópia em anexo, que é parte integrante desta parceria;

*[Handwritten signatures]*

2



b) Observar diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;

c) Manter, na fachada do imóvel e em local visível, placa indicativa do Termo de Fomento com o Município e CMDCA, conforme art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) Facilitar, aos órgãos competentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Termo de Fomento e de Plano de Trabalho dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações necessárias;

e) Obter e manter a autorização de funcionamento;

f) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos do Item I desta cláusula, **exclusivamente** no cumprimento do objeto de que trata a Cláusula Primeira do presente Termo de Fomento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, observado o disposto no parágrafo único do art. 51 da Lei nº 13.019/2014

g) Manter todas as condições e critérios avaliados quando da habilitação, vigentes e válidos durante todo o período da parceria;

h) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento, conforme art. 69, da Lei n.º 13.019/2014;

i) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, conforme art. 42, XX da Lei n.º 13.019/2014;

J) Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

h) É de responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA INTERVENIENTE

3.1- Acompanhar a aplicação dos recursos disponibilizados, avaliando as metas alcançadas e se os objetivos da parceria foram cumpridos através de relatório de acompanhamento dos resultados sociais alcançados pelo Projeto.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS



4.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$1.720,00(Um Mil Setecentos e Vinte Reais) conforme cronograma de desembolso, parte integrante do plano de trabalho.

4.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$1.720,00(Um Mil Setecentos e Vinte Reais), conforme cronograma de desembolso, parte integrante do plano de trabalho, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária, conforme discriminação,  
DOTAÇÃO: 02.06.08-08.2430027.4067-335041

#### CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

5.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

5.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos, conforme art. 51, parágrafo único, da Lei n.º 13.019/2014;

5.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos, conforme art. 48 da Lei n.º 13.019/2014:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

5.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, **os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias**, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública, conforme art. 52 da Lei n.º 13.019/2014.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS



6.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos nos termos do art. 45 da Lei n.º 13.019/2014, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente Termo de Colaboração/Termo de Fomento vigorará do dia da publicação no do extrato no diário oficial do município até **31/12/2018**

7.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, conforme art. 55, *caput*, da Lei n.º 13.019/2014;

7.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação de ofício do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado, conforme art. 55, parágrafo único da Lei n.º 13.019/2014;

### CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação, fiscalizar as obrigações decorrentes deste Termo de Fomento.

8.2 - O relatório técnico a que se refere o § 1º do art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;



V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

8.3 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, conforme art. 62 da Lei n.º 13.019/2014, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, nos termos do art. 64 da Lei n.º 13.019/2014, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive cópias dos recibos de pagamentos devidamente quitados pelos funcionários, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, IRRF, FGTS e SEFIP);

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – Outros documentos eventualmente solicitados pela Diretoria Financeira e Administrativa da SMDS;

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da aplicação dos recursos repassados.

9.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:



I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

9.3 - A Administração Pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

9.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

9.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, conforme art. 70 da Lei n.º 13.019/2014.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados, conforme art. 70, §1º da Lei n.º 13.019/2014.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente, conforme art. 70, §2º da Lei n.º 13.019/2014.

7



9.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, conforme art. 71 da Lei n.º 13.019/2014.

9.7.1 O transcurso do prazo definido no art. 71 da Lei n.º 13.019/2014 sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

9.8 - As prestações de contas serão avaliadas, nos termo do art. 72 da Lei n.º 13.019/2014:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação, conforme art. 72, §1º da Lei n.º 13.019/2014.

9.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos, conforme art. 72, §2º da Lei n.º 13.019/2014.



9.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, conforme art. 68, parágrafo único da Lei n.º 13.019/2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1 –O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original., conforme art. 57 da Lei n.º 13.019/2014.

10.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

10.3 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

11.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções, conforme art.73 da Lei nº 13.019, de 2014:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

11.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;  
e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência eletrônica e postal serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

14.2- Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal 13.019/2014, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa, bem como a Lei Federal 13.204/2015.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO



15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Montes Claros - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

ANEXO I- PLANO DE TRABALHO

Montes Claros, 06 de novembro de 2018

\_\_\_\_\_  
Aurindo José Ribeiro  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

\_\_\_\_\_  
Ana Maria Melo  
ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE

\_\_\_\_\_  
Karine Neves Dias  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA

Testemunhas:   
CPF 001.934.366-04 CPF \_\_\_\_\_



ANEXO I- PLANO DE TRABALHO

## PLANO DE TRABALHO

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014

MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Art. 17)

### 1 - INSTITUIÇÃO/ENTIDADE PROPONENTE DO PLANO DE TRABALHO

#### 1.1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Razão Social: Associação Paula Elizabete		CNPJ: 01.947.440/0001-13	
Endereço Sede: Rua Sagrada Família de Nazaré, 555	Bairro: Jaraguá	Telefone: (38) 3215 3718 - (38) 3082 7303	
Município: Montes Claros	Distrito	Caixa Postal	CEP39.404-846

#### 1.2 - BANCO

Banco: N° 001 Banco do Brasil	Agência: 0104-X	Conta Corrente: 22356-5		
-------------------------------	-----------------	-------------------------	--	--

#### 1.3 – DIREÇÃO

Nome do Representante Legal Marina Francisco Gardim	Cargo Diretora-presidente	CPF 061.309.598-77
--	------------------------------	--------------------

### 2 – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

#### 2.1 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, Decreto Federal nº 8.726/2016 e legislação regulamentar do Município, tendo em vista às especificidades do Município de Montes Claros.

#### 2.2 – INSTRUMENTO JURÍDICO PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA:

- **Termo de Fomento**, deve ser adotado pela administração pública para a consecução de **planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil** que envolvam a transferência de recursos financeiros.

#### 2.3 – NOME DO PROGRAMA/TÍTULO: Rede Segura



**2.4 – TIPO DE ATENDIMENTO:** Eixo de atuação: Proteção Social Básica

**2.5 – OBJETO:**

**Objetivo geral:** Melhorar o desenvolvimento das atividades na oficina de futebol de campo através da aquisição de uma estrutura e rede para segurar bolas.

**Objetivos específicos:**

- ✓ Aparar bolas, diminuindo os riscos de acidentes com os usuários(a) atendidos
- ✓ Evitar perdas de bolas de futebol que saem fora do espaço físico da Associação

**2.6 – PESSOAS BENEFICIADAS:**

O presente projeto irá beneficiar diretamente crianças e adolescentes compreendidos na faixa etária de 07 a 17anos de idade, atendidos na Associação Paula Elizabete, por meio das atividades desenvolvidas na oficina de futebol de campo, e indiretamente a comunidade do território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS/JK-Village.

**2.7 – PERÍODO DE EXECUÇÃO:**

**INÍCIO** Novembro de 2018 **TÉRMINO** – Dezembro de 2018

**2.8 – DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA, DEVENDO SER DEMONSTRADO O NEXO ENTRE ESSA REALIDADE E AS ATIVIDADES OU PROJETOS E METAS A SEREM ATINGIDAS:**

A Associação Paula Elizabete (APE) está localizada no bairro Jaraguá II, zona periférica de Montes Claros às margens da BR 122 interligada a BR 251 zonas de intenso tráfego de caminhões e áreas não urbanizadas, ambiente propício à proliferação da prostituição, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, o que conseqüentemente contribui para o aumento do risco social e pessoal do público atendido.

A APE Atua na perspectiva da Política Nacional de Assistência Social, na complexidade da Proteção Social Básica, com oferta de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Com ações preventivas através dos programas e projetos ofertados, sendo 1052 usuários (as) atendidos no Programa de acompanhamento Familiar, 290 usuários (as) atendidos no Programa de Formação Integral, totalizando 1342 atendimentos.

Esses atendimentos ocorrem conforme planejamento das atividades, com atendimentos individuais, visitas domiciliares, doações eventuais e sistemáticas, ciclos de palestras desenvolvidos na comunidade, oficina de futebol, grupos de trabalhos, oferta do espaço para o lazer comunitário semanalmente e reforço pedagógico/alfabetização. Ofertados diariamente aos usuários(as) crianças, adolescentes, jovens e suas famílias que residem no território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS JK-Village), e nos seguintes bairros de regiões vulneráveis de Montes Claros: Jaraguá, Village I e Village II, Conjunto habitacional Minas Gerais, Recanto das Águas e Conjunto habitacional Monte São.

13



A execução deste serviço ocorre através de parcerias com:

- ✓ Sociedade civil e governo, mediante convênios firmados;
- ✓ Captação de recursos por meio de campanhas, de arrecadação anual FIA –Fundo para Infância e para Adolescência, junto a pessoas físicas e jurídicas;
- ✓ Concorre a projetos escritos via editais publicados;
- ✓ Realização de eventos beneficentes, feijoadas, jantares e festa junina;
- ✓ Campanha de arrecadação de alimentos;
- ✓ Campanhas de arrecadação de material escolar;
- ✓ Doações de alimentos e outros bens de utensílio e consumo que favorecem diretamente o público alvo atendido.

Desta maneira, se faz necessário aquisição de parte da estrutura metálica, fixa e rede para segurar bolas, com vistas redução de riscos de acidentes em função de bolas que saem fora do espaço físico da associação, como também otimizar o trabalho desenvolvido e consumo de bolas.

Garantindo de forma efetiva e segura a continuidade das ações descritas no plano de trabalho.

#### **2.9 – DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:**

Contribuir para oferta do futebol de campo de forma segura;

Reduzir gastos referentes ao consumo de bolas.

#### **2.10 – PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS ABRANGIDOS PELA PARCEIRIA:**

**RECEITAS** – Suas previsões estão asseguradas na **LOA- Lei Orçamentária Anual do Município** e as liberações dos recursos, **provenientes do FIA: Fundo da Infância e do Adolescente** pela administração pública serão de acordo com os valores definidos na proposta, concomitante com o desembolso dos recursos aprovados pelo **CMDCA**;

**DESPESAS** – Suas consecuições de finalidades de interesses público e recíprocos, mediante às execuções das atividades ou projetos, estão assegurados previamente estabelecidos no plano de aplicação dos recursos aprovados pelo **CMDCA**.

#### **2.11 – FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS A ELES ATRELADAS:**

A execução do trabalho se dará em princípio a partir da aquisição de parte da estrutura metálica, fixa e rede para segurar bola.

#### **2.12 – DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:**

Nota fiscal emitida pela empresa prestadora de serviço;



Relatório fotográfico.

**2.13 – AÇÕES QUE DEMANDARÃO PAGAMENTO EM ESPÉCIE, QUANDO FOR O CASO:**

**3 – CONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase):**

3.1 METAS A SEREM EXECUTADAS:

1.META	2-ETAPA FASE	3- ESPECIFICAÇÃO	4- INDICADOR FÍSICO		5-DURAÇÃO	
			6- UNIDADE	7-QTDE	8-INICIO	9-TÉRMO
Única	Única	Aquisição de parte da parte estrutura metálica e fixa para segurar bola.	01	01	Novembro 2018	Dezembro 2018

**4 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA PROPOSTA**

**4.1 – DEMONSTRATIVO DE RECURSOS SOLICITADO AO CONCEDENTE/PROPONENTE**

Custos de Investimento e/ou Custeio						
DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE		Valor em R\$		
			VALOR UNITÁRIO (R\$)	MENSAL	MESES EXECUÇÃO	ANUAL/ TOTAL (R\$)
Tela Fio 14 malha 63MM	M <sup>2</sup>	155,00	10,00			1.550,00
Tubo de 2,5" CH 14	UM	2,00	95,00			190,00
Tubo de 1,5" CH 15	UM		56,70			-
DESCONTO		1,00	- 20,00			- 20,00
						1.720,00

*Handwritten signatures and initials*



#### 4.2 - VALOR DA PROPOSTA

ESPECIFICAÇÃO	Valor R\$	%	OBSERVAÇÃO
SOLICITADO AO CMDCA RECURSOS FIA	R\$1.720,00		
DE CONTRAPARTIDA VOLUNTÁRIA			
<b>CUSTO TOTAL DA PROPOSTA</b>	R\$1.720,00	<b>100,00%</b>	

#### 4.3 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO: CONCEDENTE

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Desembolso do recurso pela concedente.											X	
<b>PROPONENTE CONTRAPARTIDA VOLUNTÁRIA</b>												
Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Desembolso pela Instituição.												